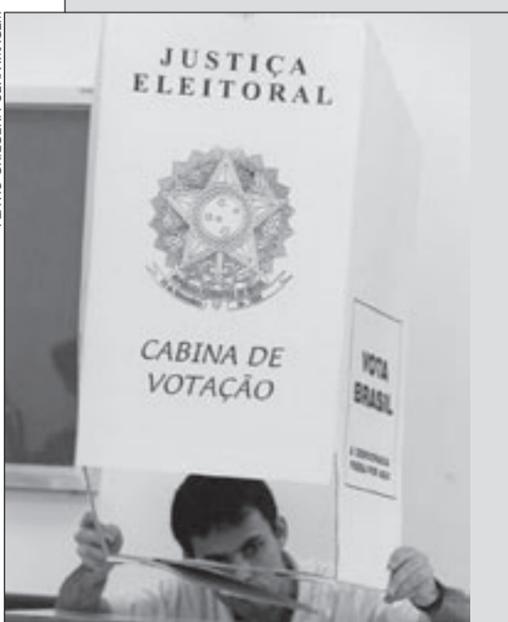


FLÁVIO GRIEGER/FOLHA IMAGEM



Migração de políticos de uma legenda para outra tem alterado a correlação de forças e transferido votos sem consulta ao eleitor

Troca de partido muda resultado das urnas. Fidelidade não avança

PÁGINA 3

Benefício esperado por 16 milhões de estudantes

O Congresso aguarda a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O ministro da Educação, Tarso Genro, anunciou que o projeto deverá ser enviado pelo Executivo nesta primeira quinzena de novembro. O novo fundo substituirá o Fundef, ampliando os recursos dos atuais R\$ 28,7 bilhões para R\$ 51 bilhões. Mais 16,5 milhões de estudantes, dos ensinos infantil e médio, serão beneficiados.

PÁGINA 4

O que mudaria

Parâmetro	Fundef	Fundeb
Recursos aplicados	R\$ 28,7 bilhões	Cerca de R\$ 51 bilhões (simulação feita para 2004)
Repasse da União	R\$ 446 milhões	R\$ 1,3 bilhão (estimativa para 2005)
Destinação dos recursos	Mínimo de 60% para o salário dos professores, e o restante para despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino	Com base no número de alunos dos ensinos infantil, fundamental, médio (incluindo os cursos médios profissionalizantes), educação indígena e especial
Distribuição dos recursos	Com base no número de alunos do ensino fundamental	Mínimo de 80% para salário e aperfeiçoamento de todos os profissionais ligados à escola. O restante seria para manutenção e desenvolvimento do ensino

Fonte: Ministério da Educação

cidadania

MARCELO CASAL JR./ABR



Ajude a fiscalizar os programas sociais

Denúncias de irregularidades e de falhas na execução dos programas sociais do governo têm aparecido com frequência nos meios de comunicação. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu os erros e pediu à sociedade que ajude a fiscalizar. O *Especial Cidadania* de hoje traz um resumo dos programas em funcionamento, com os telefones para informações e denúncias. O Bolsa-Família tem um 0800 nacional, gratuito.

PÁGINA 12

Crianças beneficiadas pelo Bolsa-Família, em Buíque (PE). Programa pede frequência escolar

especial

Lula teve que ser mais duro que FHC, diz Sarney em Nova York

Eduardo Suplicy revela por que torce pela vitória de John Kerry

PÁGINA 7

PLENÁRIO

Com a pauta trancada por medidas provisórias, o Senado retoma sessões deliberativas na quarta.

PÁGINA 2

LIVROS

Balmaceda, reflexões de Joaquim Nabuco sobre a América Latina, foi editado pelo Senado.

PÁGINA 11

TOUR VIRTUAL

Tecnologia ajuda visitante, de um terminal de computador, a conhecer o Senado.

PÁGINA 11

SIM E NÃO

Anencefalia – defeito de formação do sistema nervoso do feto – pode justificar o aborto? Flávio Arns e Magno Malta discutem a questão.

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 9
VOZ DO LEITOR	Página 9
FRASES	Página 9

agenda

Comissões

QUARTA

10H – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Planalto – A comissão realiza audiência pública para discutir a criação do estado do Planalto Central, com a presença do ex-senador Francisco Escórcio, autor do projeto. Na segunda parte da reunião, o colegiado retoma análise dos itens que constam da pauta.

QUINTA

11H – ASSUNTOS SOCIAIS

Medicamentos – O primeiro item em discussão é o projeto que regulamenta a produção e a comercialização de insumos e equipamentos usados na produção de medicamentos para uso humano ou animal e de qualquer material destinado à utilização em odontologia. (PLC 18/03). **Autora:** deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). **Relator:** senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Seguro-desemprego – Está em exame na comissão emenda ao projeto que aumenta para dez meses o período máximo de percepção do seguro-desemprego. **Autor:** ex-senador Lauro Campos. **Relator:** senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Os senadores retomam as votações nesta quarta-feira (dia 3), com a pauta travada por medidas provisórias. Os demais itens só poderão ser examinados depois que essas medidas forem votadas:

QUARTA-FEIRA - 14h30:



Exportações – O primeiro item a ser analisado pelos senadores é a medida provisória que autoriza a União a repassar R\$ 900 milhões aos

estados e municípios durante este ano, com o intuito de incentivar as exportações (MP 193/04). O valor será distribuído de acordo com coeficientes de participação de cada unidade nas exportações. Entre os estados, os maiores coeficientes ficam com Pará (13,89%), Mato Grosso (9,39%) e Espírito Santo (9,27%). A proposta trava a pauta de votações. **Autor:** Poder Executivo.

Crédito extraordinário – A proposta (MP 194/04) tem o objetivo de liberar os recursos de que trata a medida provisória acima. São R\$ 900 milhões destinados ao estímulo das exportações. A ma-



téria trava a pauta de votações. **Autor:** Poder Executivo.

Televisão – Originado da medida provisória 195/04, o projeto de lei de conversão (PLV 45/04) determina que os aparelhos de televisão comercializados no mercado interno contemham dispositivo eletrônico que permita ao usuário bloquear previamente a recepção de programas. A data limite para que os fabricantes se ajustem à norma será fixada pelo Executivo, mas não será posterior a 31 de outubro de 2006. A proposta também trava a pauta de votações. **Autor:** Poder Executivo.



Transparência – Depois das MPs, o primeiro item da pauta do Plenário é o projeto (PLS 130/03) que



obriga o poder público a divulgar em tempo real informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A intenção da proposta é garantir transparência à administração pública, combatendo a corrupção. **Autor:** senador João Capiberibe (PSB-AP). **Relator:** senador Demostre-

Plenário

nes Torres (PFL-GO).

Hemoderivados

– Proposta (PLC 58/04) autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Tecnologia (Hemobrás). Vinculada ao Ministério da Saúde, a empresa teria a função de garantir o fornecimento de produtos hemoderivados ou produzidos por biotecnologia aos pacientes do Sistema Único de Saúde. **Autor:** Poder Executivo.



Fundef – O Plenário discute, em primeiro turno, proposta (PEC 29/02) que duplica o prazo de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvol-



vimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). **Autor:** ex-senador Francisco Escórcio. **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE).

Idosos – Sessões de discussão, em primeiro turno, da proposta que determina o pagamento em espécie das obrigações devidas aos idosos, sem a expedição de precatórios (PEC 1/03). **Autor:** senador Maguito Vilela (PMDB-GO). **Relator:** senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Cultura – Outro item da pauta é a proposição que cria o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual (PEC 57/03). A iniciativa visa incentivar o desenvolvimento cultural do país e a integração das ações do poder público que promovam a defesa do patrimônio cultural brasileiro, a formação de pessoal qualificado para a gestão cultural, entre outros. **Autor:** deputado Gilmar Machado (PT-MG). **Relator:** senador Marcelo Crivella (PL-RJ).



Exploração sexual

– Ainda na pauta, entre outras matérias, projeto (PLS 253/04) que busca atualizar a legislação sobre o assunto. Entre as mudanças, está a inclusão da violência sexual contra pessoas do sexo masculino no crime de estupro, além de aumentar a pena para a infração. **Autor:** CPI da Exploração Sexual.



QUINTA-FEIRA - 14h30:

A pauta depende do resultado das sessões anteriores.

SEXTA-FEIRA - 9h:

Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

06/10/04 - CÉLIO AZEVEDO



Plenário terá agenda extensa, com três MPs, três projetos em regime de urgência e quatro PECs

Medidas provisórias travam a pauta

O Senado retoma nesta quarta-feira (3) as sessões plenárias de deliberação. E os trabalhos começam com a pauta travada por três medidas provisórias (que têm prioridade nas votações). Além delas, a pauta é composta de três projetos que tramitam em regime de urgência, quatro propostas de emenda à Constituição (PEC), quatro projetos de lei ordinária e uma mensagem presidencial – neste caso, os senadores devem votar a indicação de Fernando Freire para a diretoria da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Com o fim das eleições, os trabalhos na Casa, incluindo as comissões e subcomissões, voltam à normalidade. Até o final

do ano legislativo (15 de dezembro), as atenções de senadores e deputados estarão dirigidas para o projeto de lei orçamentária de 2005.

As duas primeiras medidas provisórias (MPs) à espera de votação são complementares. A MP 193/04 autoriza a União a repassar R\$ 900 milhões aos estados, como forma de compensá-los pela não cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos de exportação. A segunda medida (194/04) abre crédito de R\$ 900 milhões, no Orçamento federal, para viabilizar a transferência desses recursos.

A terceira medida – transformada no Projeto de Lei de Conversão 45/04 – estabelece o

prazo máximo de 31 de outubro de 2006 para que os aparelhos de televisão vendidos no país, independentemente da origem de fabricação, contemham dispositivo eletrônico capaz de bloquear previamente a recepção de programas. Os projetos de lei de conversão são oriundos de medidas provisórias que tiveram o texto original modificado na Câmara dos Deputados.

Após a votação das MPs, o primeiro item que deverá ser colocado em pauta é o Projeto de Lei Complementar 130/03, do senador João Capiberibe (PSB-AP), que obriga o poder público a divulgar na Internet informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Acordo pode reativar a Comissão de Orçamento

Uma reunião dos líderes no Congresso, prevista para quarta-feira (3), poderá romper a inércia da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que paralisou as atividades no segundo semestre pela falta de regras para o seu funcionamento.

Em agosto expirou a vigência da Resolução nº 1, que definia as normas de funcionamento da CMO. O presidente do Senado, José Sarney, anunciou que vai discutir o retorno dos trabalhos com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha.

O deputado Paulo Bernardo (PT-PR), que preside a comissão, informou que Sarney pediu empenho para fechar acordo que viabilize as votações na CMO, onde 70 projetos aguardam deliberação, como a proposta orçamentária para 2005, além de 20 obras federais que esperam a liberação de recursos.

Segundo Paulo Bernardo, tanto ele quanto Sarney compartilham a avaliação de que a melhor alternativa é prorrogar a Resolução nº 1. “É a saída mais sensata”, afirmou o deputado, que mais uma vez tentará convencer os deputados a aceitarem as três emendas de bancada de iniciativa dos senadores, que vigoraram no Orçamento deste ano e que foram o motivo da queda-de-braço entre as duas Casas, emperrando os trabalhos da comissão. Os deputados se queixam de que o regimento pri-



Relator do Orçamento, Jucá deve apresentar relatório até meados de novembro

vilegia os senadores, que podem apresentar mais emendas.

Alternativas para apressar tramitação

Relator do Orçamento de 2005, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) acertou com Paulo Bernardo alternativas para apressar a tramitação do projeto da lei orçamentária do próximo ano. Ele está elaborando o seu relatório preliminar para votá-lo na primeira quinzena de novembro, possibilitando assim abrir, em seguida, o prazo para emendas. Na reunião de líderes desta semana, haverá esforço para negociar uma espécie de rito sumário para a tramitação do Orçamento. Segundo Paulo Bernardo, os prazos para apresentação de emendas e para votações seriam reduzidos, permitindo concluir os trabalhos da comissão e do Congresso ainda em dezembro.

MOREIRA MARTIZ

REFORMA POLÍTICA Medidas para garantir fidelidade provocam polêmica e problema continua sem solução

Troca de partido altera resultado das urnas

As avaliações dos analistas políticos que levam em conta o número de eleitos e a votação por partido tendem a perder validade em pouco tempo: a migração de políticos de um partido para outro, que ocorre amiúde, altera profundamente a correlação de forças políticas, violando a manifestação das urnas. Para corrigir essa distorção, voltam à cena os apelos para que a fidelidade partidária seja praticada no Brasil.

– Em termos de partidos políticos não há mais anarquia que no Brasil. Enquanto não tivermos vida partidária com um mínimo de seriedade, não teremos uma vida política com o máximo de seriedade – reclama o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

A consultora legislativa do Senado Eliane Cruxên Maciel atribui à troca de partidos o enfraquecimento da representatividade da democracia brasileira

por não respeitar a vontade do eleitor.

– O voto dado a um partido é indiretamente transferido para outro, alterando a representação sem consulta ao eleitor e promovendo o afastamento entre o sistema partidário eleitoral e o sistema partidário parlamentar.

A consultora observa que as mudanças de partido viraram solução para problemas dos políticos, como convenções perdidas, chances de eleição reduzidas, conflitos pessoais ou falta de recursos para projetos. Neste último caso, a possibilidade de liberação de recursos pelo Executivo explica o aumento das bancadas governistas, principalmente logo após as eleições.

– Deputados migram em busca



Para Simon, falta de fidelidade de políticos com partidos contribui para diminuir a seriedade da política

de melhores alternativas para maximizar as chances de sucesso na carreira política, tendo em vista que a mudança não acarretará custos – avalia a consultora.

Eleitos dependem dos votos da legenda

O sistema de lista aberta, em que o eleitor pode votar diretamente no candidato em vez do partido, coloca o foco da eleição na figura do político. Com isso, o eleito considera seu mandato fruto de seus esforços pessoais. Porém, poucos candidatos conseguem se eleger com seus próprios votos para cargos nos legislativos, dependendo dos votos na

legenda. Em 1994, somente 14 deputados federais atingiram o quociente eleitoral (votos necessários para ocupar uma das vagas disponíveis) apenas com seus votos. Em 1998, foram 28 e, em 2002, 34.

Mesmo diante dessa realidade, as mudanças de legenda alteram substancialmente as bancadas dos partidos dentro de uma mes-

ma legislatura (veja quadro). O PTB, por exemplo, aumentou em 96% o tamanho de sua bancada nesta legislatura, graças à entrada de novos deputados. Enquanto isso, o PSDB perdeu 31% de seus parlamentares na Câmara desde outubro de 2002.

Desde então já foram comunicadas à Mesa da Casa 165 mudanças de partido, número que deve crescer, já que os parlamentares precisam estar filiados aos partidos pelos quais pretendem disputar a eleição até um ano antes da realização do pleito. Coincidentemente, a maioria das trocas de partido se concentra em setembro dos anos ímpares.

Já foram registrados também casos em que um só deputado trocou de partido sete vezes na mesma legislatura e que o parlamentar migrou de legenda duas vezes no mesmo dia.

NÚMEROS DAS MUDANÇAS		
Partidos	Bancadas após eleições	Bancadas hoje
PT	91	90
PFL	84	62
PMDB	75	76
PSDB	70	48
PP	49	54
PTB	26	51
PL	26	46
PSB	22	20
PDT	21	12
PPS	15	23
PCdoB	12	9

Fontes: Câmara dos Deputados e TSE

Projetos para impor fidelidade não avançam

São duas as propostas de endurecimento da fidelidade partidária: a perda de mandato do parlamentar que deixar o partido pelo qual foi eleito e o aumento do prazo de filiação partidária. Mas, assim como outras matérias que compõem a reforma política, as fórmulas que desestimulariam e puniriam a troca de partidos não são consensuais.

Proposta da reforma política mais próxima de se tornar lei hoje no Congresso, o projeto de lei apresentado pela comissão, que estudou o assunto em 2003 na Câmara (PL 2.679/03), considera “as intensas migrações entre as legendas” um dos principais problemas do sistema político-eleitoral vigente. Mas não adotou nenhuma das sugestões tradicionais para desestimular a troca de partido.



Pela proposta de Bornhausen, só político com quatro anos na legenda poderá se candidatar

Para contornar o problema, a proposta busca fortalecer os partidos políticos, adotando as listas de candidatos fechadas em convenção. Nas primeiras eleições sob a regra, o projeto dá prioridade na elaboração da lista aos

deputados federais e estaduais que não tenham mudado de legenda recentemente.

O Senado já aprovou em 2001 projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que amplia para quatro anos o prazo de filiação para que o político possa se candidatar por um novo partido (PLS 187/99). Aprovado por estreita margem no Senado, a matéria não teve andamento na Câmara.

A comissão especial do Senado que analisou a reforma política também apresentou, em 1998, proposta de emenda à Constituição (PEC 44/98) para cassar o mandato do parlamentar que abandonar a legenda pela qual foi eleito ou violar a disciplina partidária. A PEC, elaborada a partir da análise de propostas de deputados e senadores, acabou arquivada ao final daquela legislatura.

Senadores querem reforçar a democracia interna

Um sistema mais rígido de fidelidade partidária deve ser precedido pela adoção de mecanismos capazes de garantir a democracia interna dos partidos. Sem isso, os críticos da mudança na legislação consideram a possibilidade de perda de mandato eletivo uma punição muito severa para casos em que políticos mantêm suas convicções enquanto seus partidos mudam de posição ou desrespeitam os programas que deveriam orientá-los.

– Um deputado em choque com a direção, às vezes uma ditadura partidária, pode ser compelido a deixar o partido, perder o mandato e não poder se candidatar – pondera Jefferson Péres (PDT-AM).

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) sugere que a democratização da administração dos partidos deve anteceder novas punições.

– Os caciques podem colocar para fora um candidato que não queiram. Sem democracia nos partidos, adotar regras rígidas para a fidelidade partidária é perigoso – analisou Camata, que ficou meses sem partido.

Ainda que favorável à perda



Camata considera que perda de mandato pode ser manipulada por “caciques”

do mandato em caso de troca de legenda, o ex-senador Artur da Távola mostra que as comissões executivas dos partidos, restritas a poucos, decidem em detrimento dos diretórios, que raramente se reúnem. Esse processo, disse, leva à formação de oligarquias nos partidos, que ignoram as bases.

– O parlamentar muitas vezes sai do partido por razões nobres, ideológicas. Quantas vezes as direções dos partidos se afastam das propostas originais? – questiona.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também alerta para a ameaça de o parlamentar se tornar refém do partido.

– Parlamentares terão que seguir cegamente as diretrizes da direção ou terão contra si a ameaça da expulsão do partido – avalia o senador.

Aproximação do poder afasta partido de seus princípios originais

O relacionamento com o governo causa mudanças nas orientações políticas de um partido. A observação é da consultora Eliane Maciel, para quem essa aproximação pode levar a impasses entre parlamentares e a direção partidária. Nesses casos, os dirigentes exigem fidelidade às novas diretrizes que

têm como referência o exercício do poder, mesmo em conflito com o programa do partido.

Como exemplo, ela cita o caso da expulsão de quatro parlamentares do PT em dezembro de 2003, incluindo a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL).

– O que geralmente ocorre é que aquele que se rebela não é o oportunista; ao contrário, é aquele fiel aos princípios do seu

partido, que diverge da direção, que é infiel – afirma Jefferson, que deixou o PSDB, pelo qual se elegeu, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em um debate sobre a fidelidade partidária, o ex-senador Lauro Campos disse que deixou o PT, pelo qual disputou todas as eleições de sua vida, por dis-

cordar dos rumos que o partido tomava ainda antes da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

– Dou o meu exemplo: o partido mudou, não eu. Seria absurdo uma pessoa que demonstrou que não muda de partido para obter favores ser apenas com a impossibilidade de vir a se candidatar por outra legenda – enfatizou Lauro, que encerrou a carreira filiado ao PDT.

Jefferson Péres: "Geralmente o que se rebela não é oportunista, é fiel a princípios"

Sigla tem menor importância

Uma das explicações para a manutenção das regras definidas pela Constituição de 1988 pode estar no fato de os eleitores brasileiros darem maior importância ao candidato e menos ao partido. Pesquisa do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), de 1994, aponta que 74% dos eleitores escolhem candidatos a deputado federal independentemente do partido. Já levantamento realizado pelo IBGE concluiu que 68% dos eleitores consideram o candidato mais importante que o partido na hora de votar.

O consultor legislativo do Senado Arlindo Fernandes afirma que a reforma política, ao tentar reforçar a estabilidade do sistema eleitoral, pode levar ao sacrifício de direitos políticos assegurados pela Constituição, percebidos pela população como conquistas.

– O entendimento jurídico tradicional compreende que o mandato pertença a quem o ocupa, assim como a cultura política brasileira, que vê no representante o titular do mandato – afirma Arlindo.

EDUCAÇÃO BÁSICA Parlamentares elogiam proposta de criação do Fundeb, mas criticam demora no envio do texto

À espera de benefício para 16 milhões de estudantes

Sobram defensores, inexistem críticos, dentro e fora do governo. Apesar da aparente unanimidade, a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) ainda segue em discussão no Executivo. O ministro da Educação, Tarso Genro, anunciou que o projeto deverá ser enviado ao Congresso na primeira quinzena de novembro. O texto é uma segunda versão que contemplará modificações sugeridas nas negociações com os estados e municípios. A principal delas: o fundo deverá ser composto por 20% dos impostos de

estados e municípios, em vez dos 25% estabelecidos inicialmente, e a União deixará claro, no texto da lei, que participará com cerca de 10% dos recursos do Fundeb, o que corresponde a R\$ 5 bilhões por ano (exigência dos secretários estaduais de Educação para apoiar a proposta, já que o investimento federal atual não chega a 2% do total).

A intenção do governo é que, já em 2005, o Fundeb substitua em caráter permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado em 1996 com duração de dez anos. No entanto,

está em discussão no Plenário proposta de emenda constitucional prorrogando até 2016 a vigência do Fundef.

Além de representar aumento de recursos – dos atuais R\$ 28,7 bilhões para R\$ 51 bilhões –, o Fundeb amplia a abrangência, alcançando, além de alunos da 1ª à 8ª série, os dos ensinos infantil e médio. Com isso, os beneficiados saltariam de 31,2 milhões para 47,7 milhões, com acréscimo de 16,5 milhões de estudantes.



ACIARA AÍRES - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Programa determina aumento de recursos e amplia benefícios a alunos matriculados no ensino médio

Ensino médio é o ponto crítico, diz Tarso Genro

O ensino médio é, hoje, o elemento crítico da educação básica pública no Brasil, como destacou o ministro da Educação, Tarso Genro, ao defender a aprovação do Fundeb, durante audiência pública no Senado, há duas semanas.

– O Fundeb é um choque de qualidade estratégico porque quase duplica os recursos e aumenta as possibilidades de oferecimento de uma educação de qualidade e universalizada – avaliou Genro.

Promessa de campanha do presidente Lula, o Fundeb prevê a participação de 25% (ou 20%, de acordo com negociação com secretários estaduais) do total arrecadado pelos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), pelo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às Exportações (IPIexp), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre Transmissão Cau-

sa Mortis (ITCM), Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto de Renda de servidores estaduais e municipais, e ainda pela desoneração das exportações prevista na Lei Kandir (87/96).

De acordo com a proposta, pelo menos 80% dos recursos repassados a estados e municípios deverão ser aplicados na valorização de “profissionais da educação básica”, definição que, além de professores, inclui profissionais não-docentes como serventes e merendeiras.

Prorrogação do Fundef será votada pelo Plenário

Na primeira sessão deliberativa de novembro, ocorre o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 29/02) que prorroga por dez anos (de 2006 a 2016) a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). É o que prevê substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) ao projeto do então senador Francisco Escórcio.

Além de ampliar o prazo de vigência do fundo, José Jorge quer tirar das mãos do presidente da República o poder de fixar o valor mínimo que os estados e a União devem bancar para cada aluno matriculado no ensino fundamental, transferindo-o para o Tribunal de Contas da União. O senador justifica sua posição com o fato de que a União não vem repassando totalmente sua parte ao Fundef. Em 2001, a área federal deveria ter destinado R\$ 3,6 bilhões ao fundo, mas só repassou R\$ 2 bilhões. O déficit de participação



CÉLIO AZEVEDO

Substitutivo de José Jorge estende a vigência do fundo por mais dez anos

federal, segundo o relator da PEC, chegou a R\$ 12,4 bilhões entre 1998 e 2001.

Autor e relator da proposta concordam que, mesmo com a falta desses recursos, o Fundef já trouxe “avanços significativos no ensino fundamental”. Criado no governo Fernando Henrique Cardoso, em 1996, o fundo obriga estados e municípios a gastarem no mínimo 60% de toda a verba que eles têm que destinar à educação (25% de sua arrecadação) com o ensino fundamental. Quando essa verba fosse insuficiente, a União repassaria a diferença.

Senadores cobram envio do projeto ao Congresso

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) disse que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) é o instrumento que vai financiar o processo de federalização da educação no Brasil. Para ele, a importância do projeto está em sua capacidade de alavancar a revolução no ensino do país, que ele defendia quando ocupou a pasta da Educação, até janeiro passado, no governo do presidente Lula.

– O Fundeb já deveria estar aprovado há muito tempo, não entendendo esta demora no envio do projeto ao Congresso. Entreguei a proposta de criação do fundo na Casa Civil da Presidência da República em dezembro de 2003.



Cristovam Buarque não entende o motivo da demora para a aprovação do texto

Cumpri à risca o prazo dado pelo governo. Agora, se há pontos a serem melhorados, isso poderia ser perfeitamente conduzido dentro do Congresso – afirmou.

Ele disse que o Fundeb permitirá a definição de três pisos essenciais para a futura federalização do ensino no país: um piso salarial de professor, pago com recursos federais, aliado a um piso de conhecimento de cada um dos mestres, aferido em prova aplicada pelo governo



Presidente da CE, Osmar Dias pede que governo agilize a conclusão do Fundeb

federal; um piso de instalações e equipamentos, “para que não existam escolas tão boas ou tão ruins, como ocorre hoje”; e um piso de conteúdo, pois, para o ex-ministro e senador, “é um absurdo o município decidir se a criança pode ou não ser aprovada, mesmo sem saber nada”.

Presidente da Comissão de Educação, o senador Osmar Dias (PDT-PR) também cobrou do governo o envio urgente do projeto do Fundeb.

Arns destaca inclusão do ensino especial

Ligado à defesa das pessoas portadoras de necessidades especiais, o senador Flávio Arns (PT-PR) considera que um dos itens mais importantes do Fundeb será sua abrangência, alcançando não apenas alunos do ensino fundamental, mas também do ensino médio e, principalmente, do ensino especial.

– Expus ao ministro Tarso Genro a necessidade de que o projeto apresentado pelo MEC fosse claro ao incluir alunos atendidos pelas escolas especiais entre os contemplados pelo Fundeb – justificou Flávio Arns, que

lembrou a importância do apoio público às escolas especiais, que cumprem papel fundamental no desenvolvimento e integração das pessoas com deficiência.

Proposta atende a antiga reivindicação do setor

Professora e líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC) considerou que o envio da proposta de emenda à Constituição criando o Fundeb, em substituição ao Fundef, a partir de 2005, atende antiga reivindicação da área de educação.

– A troca do termo “magis-

tério” por “profissionais da educação”, previsto no Fundeb, permitirá a contratação, além de professores, de merendeiras, serventes e outros profissionais que também são parte importante do processo educacional – argumenta Ideli.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lamentou o “preocupante contexto do financiamento à educação”, lembrando que o orçamento do Ministério da Educação em 2003 correspondeu a “miserável” 1,08% do PIB (produto interno bruto). Ele manifestou seu apoio à transição para o Fundeb.

FUNDEF X FUNDEB

Parâmetro	Fundef	Fundeb (Proposta do MEC)
Vigência	Temporária (até 2006) (1)	Permanente (a partir de 2005)
Alcance	Ensino fundamental (1ª à 8ª série)	Ensinos infantil, fundamental e médio
Alunos beneficiados	31,2 milhões	47,7 milhões
Total de recursos (3)	R\$ 28,7 bilhões	R\$ 51 bilhões
Destinação dos recursos	60% para salários dos professores	80% para remuneração e formação dos profissionais de educação (4)
Fontes dos recursos (5)	15% do FPE, FPM, ICMS, IPIexp e desoneração de exportações	25% de todas as fontes do Fundef, e ainda ITCM, IPVA, IR sobre rendimentos de servidores municipais e estaduais e quota-parte de 50% do ITR devido aos municípios.

(1) Proposta de emenda constitucional em exame no Senado

(2) Dados do Censo Escolar de 2003

(3) Previsões para 2004 e 2005, não incluída a complementação da União ao fundo

(4) Nova definição dada pelo Fundeb, que engloba profissionais do magistério e outros trabalhadores de educação

(5) FPE (Fundo de Participação dos Estados); FPM (Fundo de Participação dos Municípios); ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços); IPIexp (Imposto sobre Produtos Industrializados), proporcional às exportações; ITCM (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis); IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores); ITR (Imposto Territorial Rural); IR (Imposto de Renda).

PLENÁRIO

José Jorge condena ausência de governistas

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou a ausência dos senadores governistas nos debates do Senado na semana passada. Ele disse ser frustrante fazer denúncias em relação ao governo e não receber respostas, ou ao menos uma promessa de que alguém irá verificar as afirmações. Ainda de acordo com o parlamentar, o governo tem privilegiado as prefeituras do PT na liberação de recursos orçamentários e, em contrapartida, esses administradores municipais estão usando mal os recursos.

José Jorge também criticou a edição de decreto presidencial

autorizando o Ministério das Comunicações a recriar as 11 delegacias regionais extintas no governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo o senador, 37 novos técnicos devem ser contratados, num primeiro momento, para as delegacias. Mas ele duvidou que essas vagas sejam ocupadas por servidores aprovados em concurso público e observou que, se efetivamente todas as extintas delegacias regionais voltarem a funcionar, cargos comissionados deverão ser criados.

Na opinião do senador, com isso, o Ministério das Comunicações acabará por assumir funções

que hoje são da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

José Jorge comentou ainda o arquivamento, pelo Senado, do Requerimento 741/04, que solicitava informações ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre a utilização de cartões de crédito corporativo por servidores da Presidência da República. Autor da proposição, o senador explicou que, enquanto a matéria tramitava no Senado, o próprio presidente Lula anunciou mudanças para dar mais transparência a essa modalidade de gasto do governo. Para ele, o anúncio do presidente o deixou de “alma lavada”.

Senador critica atuação da Cobra Tecnologia

O senador José Jorge (PFL-PE) apresentou requerimento dirigido ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, solicitando informação a respeito dos contratos efetuados pela empresa Cobra Tecnologia, subsidiária do Banco do Brasil para a área de informática. No documento, José Jorge indaga sobre as empresas privadas tratadas pela Cobra entre 1º de

janeiro de 2003 e 26 de outubro de 2004 para prestar serviços ou fornecer equipamentos e programas de computador.

O senador questiona ainda critérios e normas legais que nortearam a contratação dessas empresas e pede explicações sobre a finalidade dos serviços prestados e o valor pago em cada acordo.

– A Cobra vem atuando como

empresa pública para assinar esses contratos e como empresa privada para repassar os serviços – afirmou.

De acordo com José Jorge, a Cobra tem contratos sem licitação com 22 prefeituras, sendo dois deles com a prefeitura de São Paulo, e também com os mais importantes bancos estatais brasileiros.

Governo obstrui trabalhos do Congresso, diz Heráclito

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) rebateu na quarta-feira a acusação do presidente Lula de que o governo é obrigado a editar medidas provisórias (MPs) devido à lentidão do Congresso para aprovar projetos e porque o país não pode parar em razão do processo eleitoral.

Citando o projeto de biossegurança e a nova MP sobre o plantio de soja transgênica, o senador afirmou que o presidente da República esqueceu de mencionar as “eternas disputas internas no governo”. Segundo ele, esse sim é um dos principais motivos da demora na tramitação da proposta.

– As pautas estão travadas não apenas pelo ritmo do processo legislativo, mas porque há 17 MPs na Câmara e outras três no Senado, além de projetos com urgência constitucional pedida pelo governo. Quem, então, obstrui os trabalhos legislativos? – indaga Heráclito.



Para Heráclito, edições de MPs e pedidos de urgência do governo causam lentidão no Legislativo

Raupp defende criação do complexo do Rio Madeira

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) voltou a insistir na implantação do complexo do Rio Madeira, dizendo que essa é uma obra prioritária para garantir a geração de energia e retomar a expansão econômica do Brasil. Ele explicou que o projeto representa o maior investimento de infra-estrutura previsto no Plano Plurianual 2004-2007.

– É uma proposta para produzir 7.500 megawatts de energia elétrica, por meio de duas barragens e, simultaneamente, criar um sistema de portos e hidrovias – ressaltou.

O parlamentar afirmou que, em Rondônia, o projeto é ansiosamente aguardado pela população. Para ele, a obra trará benefícios diretos aos estados de Mato Grosso e Acre, à Região Norte, ao país como um todo.



Projeto irá beneficiar o Brasil, a Bolívia e o Peru, afirma Valdir Raupp

Para Raupp, o complexo do Rio Madeira permitirá ainda a integração entre Brasil, Bolívia e Peru. No seu entender, o projeto não só facilitará o acesso do Brasil e da Bolívia ao Oceano Pacífico e ao mercado asiático como também propiciará a saída da Bolívia e do Peru para o Oceano Atlântico.

Lobão elogia a Infraero e seu presidente, Carlos Wilson

O senador Edison Lobão (PFL-MA) fez um reconhecimento público da importância da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e da competência do ex-senador pernambucano Carlos Wilson, que a preside desde janeiro de 2003.

Para Lobão, a Infraero está se tornando cada vez mais forte, principalmente com o impulso às obras nos aeroportos. Ele lembrou a reforma do Aeroporto Hugo da Cunha Machado, em São Luís, “uma obra que praticamente transformou velhos casarões e antigas pistas em construções modernas, seguras e confortáveis”. Os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e Romeu Tuma (PFL-SP) endossaram os elogios a Carlos Wilson.



JANE ARAÚJO

Projeto de Tuma dá mais eficiência a processo administrativo de apuração de denúncias contra funcionários públicos

Tuma quer mais rigor na punição a crime de lavagem de dinheiro

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu mais rigor na punição dos envolvidos em crime de lavagem de dinheiro. Segundo ele, esse tipo de delito estimula o crime organizado e a corrupção no setor público e, por isso, existe hoje a concordância de governos de todo o mundo de que precisa ser combatido. Citando dados do representante no Brasil e Cone Sul do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes

(UNODC), Giovanni Quaglia, Tuma afirmou que, no Brasil, entre 2% e 5% do produto interno bruto (PIB) seriam movimentados em operações ilegais de lavagem de dinheiro. Metade do montante seria fruto de corrupção no setor público.

Para combater esse crime, o senador apresentou projeto que torna mais eficiente o processo administrativo de apuração de denúncias contra funcionários públicos (PLS 303/04).

Renan destaca papel da imprensa ao revelar impunidade

Ao informar que o ex-policial militar Adriano Maciel de Souza, acusado de participar da chacina de Vigário Geral, entregou-se à polícia alegando que somente tomou conhecimento de que havia mandado de prisão contra ele ao assistir ao programa *Linha Direta*, da Rede Globo, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) destacou a importância do trabalho da imprensa ao denunciar a impunidade.

O senador defendeu a adoção de medidas para reparação social a comunidades atingidas pela violência em todo o país. Renan também sugeriu a atualização dos códigos brasileiros para mudar a forma de investigação, a implantação de juizados de instrução e uma melhor organização do sistema penitenciário.



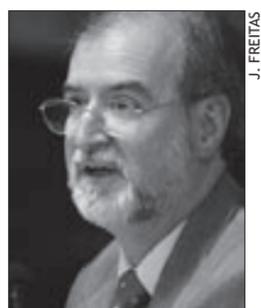
MOREIRA MARIZ

"Criminalidade fugiu ao controle do Estado", afirma Azeredo

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que o Brasil já deve ter ultrapassado a Colômbia no *ranking* do medo, ressaltando que “a criminalidade aqui fugiu inteiramente ao controle do Estado, diante da omissão do governo”.

Eduardo Azeredo criticou o contingenciamento das verbas destinadas à segurança pública, a ausência de progressos na educação, o fracasso de programas como o Bolsa-Família e o Fome Zero e a baixa taxa de investimentos na atividade econômica.

Ele acusou o governo de estar acometido de uma “síndrome de paralisia governativa, que o torna obsessivo no gesto único de só bater na tecla dos juros altos e do superávit primário”.



J. FREITAS

Viana propõe exigência de desfibrilador em locais de concentração de pessoas

A morte do jogador Serginho, vítima de parada cardiorrespiratória durante partida de futebol na quarta-feira (27), levou o senador Tião Viana (PT-AC) a lamentar a precariedade nos primeiros socorros prestados em casos de morte súbita.

– Infelizmente, a atenção à saúde pública é muito escassa – disse, criticando o fato de o aparelho não ter sido usado a tempo na reanimação do atleta.

O senador, que é médico, fez um apelo aos deputados para que aprove o projeto (PLS 344/03) de sua autoria que torna obrigatória a existência de desfibriladores cardíacos em locais públicos de grande concentração de pessoas, como estádios e terminais rodoviários. Já aprovada no Senado, a matéria aguarda deliberação da Câmara. Ao mesmo tempo em que aponta o uso do desfibrilador como único recurso eficaz na prevenção à morte súbita, Tião Viana lastima a falta de domínio em técnicas de suporte vital básico.

PLENÁRIO

Eduardo vê distorção no Universidade para Todos

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) criticou a edição da medida provisória (MP) que instituiu o programa Universidade para Todos (ProUni), por entender que a proposição não estabelece os incentivos corretos para atrair a parceria das universidades privadas.

Ele ressaltou que as próprias entidades que deveriam conceder bolsas de estudo aos estudantes carentes estão movendo ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a MP, por meio da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem).

Eduardo anunciou que quando a MP chegar ao Senado vai solicitar uma série de audiências públicas para a sua análise. Na opinião do senador, é preciso investigar as principais questões



Para Eduardo Siqueira Campos, MP não traz incentivos capazes de atrair instituições privadas

relativas ao programa “para que não repita o fracasso do programa Primeiro Emprego”.

O parlamentar citou reportagem de *O Estado de S. Paulo*, sob o título “Primeiro emprego: um ano sem festa”, segundo a qual, da meta de 70 mil novos postos de trabalho, foram criados apenas 2.192.

Os empresários estão relutantes em participar do programa por entender que isso traz mais burocracia, mais fiscalização e mais impostos, frisou.

Roberto Saturnino resalta importância do Fórum Social Mundial

Roberto Saturnino (PT-RJ) discordou na quinta-feira de recente declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que ele se referiu ao Fórum Social Mundial como uma “feira ideológica” e sugeriu o direcionamento dos debates para dois ou três temas que pos-

sam resultar em medidas concretas.

– O fórum repudia exatamente todo esse ideário que transforma tudo em mercadoria capaz de ser comprada e vendida numa feira. Ele foi criado para produzir opinião pública, reverberação de opinião pública contra o neoliberalismo, que é exatamente a ideologia de que tudo se compra e vende no mercado – sustentou o parlamentar.

Gilberto Gil

Saturnino também parabenizou o ministro da Cultura, Gilberto Gil, que recebeu o Prêmio Polar, conferido pela Real Academia Sueca e considerado uma premiação no nível do Prêmio Nobel.

Ele explicou que essa distinção foi criada em razão de a Academia Sueca ter verificado uma lacuna nas premiações estabelecidas pelo químico Alfredo Nobel: a falta de um prêmio para reconhecer os grandes músicos, compositores, intérpretes e artistas do setor.

Marco Maciel registra a instalação da Universidade do Vale do São Francisco

A realização, no último dia 18, da aula inaugural da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com sede em Petrolina (PE), foi destacada pelo senador Marco Maciel (PFL-PE).

Segundo o senador, a instalação efetiva da Univasf representa a redenção do semi-árido e o coroamento de uma luta de 20 anos de muitos nordestinos, entre os quais citou o ex-governador de Pernambuco Nilo Coelho. Ele destacou que a universidade está voltada para a solução dos problemas específicos da região.



Por requerimento do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o Senado homenageou na terça-feira o centenário da imigração judaica no estado do Rio Grande do Sul. Segundo Zambiasi, falar dessa colonização é fazer uma ode à vitória do progresso sobre o comodismo e as dificuldades, bem como à luta vitoriosa da justiça e da liberdade sobre a intolerância e o desrespeito.

Comissão

Especialistas debatem os projetos sociais

A coordenadora-geral do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Senpec), Maria do Carmo Brant de Carvalho, disse que os programas sociais elaborados pelos poderes públicos brasileiros são “bonitos e exportáveis”, mas pouco efetivos. Um exemplo de programa adequado, segundo a especialista, é o da vacinação. Ela explicou que esse tipo de campanha cumpre seus objetivos porque, ao contrário da maioria dos outros, é uma iniciativa universalizada e descentralizada. Além disso, tem publicidade e alocação de recursos contínuos.

A pesquisadora participou, ao lado da diretora do Instituto de Estudos Especiais da PUC de São Paulo, Mariângela Delfiori Wanderley, e da diretora executiva da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), de São Paulo, Felícia Reicher Madeira, de audiência pública que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promoveu para debater a eficácia das políticas sociais no país.



Felícia Madeira (E) falou sobre setores carentes de SP, durante audiência na CAS, presidida por Lúcia Vânia (primeira à direita)

Mariângela Delfiori afirmou que a sociedade deve monitorar de forma eficiente a aplicação dos recursos.

Felícia Madeira falou sobre o Índice Paulista de Responsabilidade Social, indicador que, desde os anos 90, aponta regiões mais carentes do estado, que, embora tenha uma economia forte, ainda convive com setores vítimas da fome e da miséria.

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), afirmou que as discussões vão orientar a análise de projetos que propõem alterações nos programas, com destaque para o aperfeiçoamento do programa Bolsa-Família. A audiência pública contou também com a presença de assessores do Senado, dirigentes de partidos políticos e de órgãos federais.

Aelton defende Estatuto do Idoso

Aliando-se à insatisfação de Paulo Paim (PT-RS) e dos demais senadores que trabalharam na elaboração do Estatuto do Idoso, o senador Aelton Freitas (PL-MG) disse na quarta-feira que é dever de todos os parlamentares lutar pelo cumprimento da lei. Para isso, acrescentou, “a primeira providência é mobilizar a Subcomissão do Idoso, que possui meios adequados para pressionar e buscar soluções junto aos órgãos públicos e à sociedade que garantam respeito ao estatuto”.

– Defini na última semana, juntamente com o senador Sérgio

Cabral, presidente da Subcomissão do Idoso, a retomada efetiva dos trabalhos da subcomissão. Solicito o apoio dos senadores para que possamos colaborar com os idosos, garantindo o respeito integral a este estatuto, elaborado com tanta responsabilidade nesta Casa.

Aelton lembrou que no último dia 27 de setembro foi comemorado o Dia Nacional do Idoso, que também ficou marcado pelos protestos dos idosos contra o descumprimento de alguns direitos previstos no estatuto sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O senador

assinalou que, ainda em 2003, previu que alguns pontos da nova legislação poderiam encontrar resistências por falta de uma cultura mais adequada em relação aos idosos.

– Um dos direitos que os idosos ainda não utilizam com tranquilidade é a gratuidade no transporte interestadual, dentro do limite de duas vagas por veículo e voltada para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Assegurada por lei, essa gratuidade está suspensa por liminar obtida no Superior Tribunal de Justiça por uma associação de empresas de ônibus.

Lobão destaca homenagem da Aeronáutica a senadores

A entrega da Ordem do Mérito Aeronáutico aos senadores Luiz Otávio (PMDB-PA), Sibá Machado (PT-AC) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), durante as comemorações do Dia do Aviador, foi destacada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). “Os ilustres colegas fazem jus por igual a tão honrosa distinção”, considerou o parlamentar, fazendo em seguida especial homenagem a Eduardo.

– Todos acompanhamos a elogiada atuação de Eduardo Siqueira Campos no Senado, e muito nos regozija – especialmente àqueles, como eu, que o conheceram ainda menino – vê-lo trilhando e alçando os caminhos da política sob as inspirações que marcam o homem público destinado a realizações que honram o nosso país – declarou.

Lobão disse que “ser condecorado pela Força Aérea Brasileira é merecer o reconhecimento de uma comunidade militar aplaudida em todo o Brasil”. A FAB é fundamental ao país não só pela capacidade tecnológica que agregou à aviação, mas também pela defesa da soberania nacional, frisou.

Paulo Octávio elogia reportagem do Correio

Paulo Octávio (PFL-DF) cumprimentou os jornalistas Rudolfo Lago e Erica Andrade, do *Correio Brasileiro*, pela reportagem sobre a descoberta de fotos que seriam do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo, tiradas em 1975, pouco antes de ser morto. Embora admita sentir profundo descontentamento com o assunto, o parlamentar considera fundamental que haja uma apuração rápida e imparcial sobre o episódio.

– Em um país onde impera o Estado de direito, é inadmissível que se mascarem fatos da nossa história, principalmente aqueles ligados à vida política e, particularmente, aos crimes de natureza e inspiração ideológica como foi a prática de tortura nos anos de chumbo – afirmou.



CÉLIO AZEVEDO

ESPECIAL

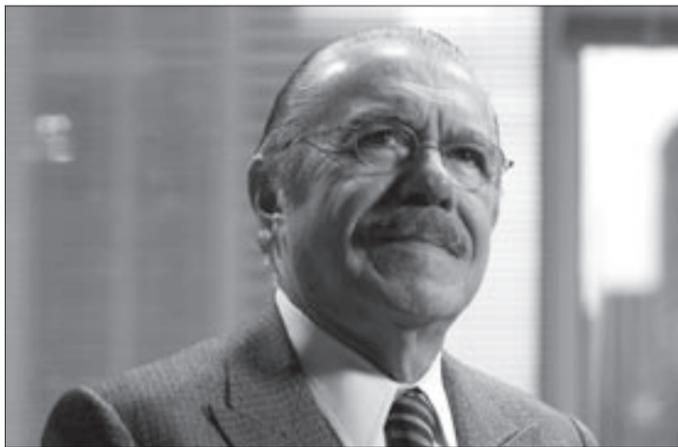
Sarney: situação do país exigia medidas fortes

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou na sexta-feira (29), em Nova York, que a adoção, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de medidas econômicas criticadas pelo PT no governo passado não significa agora alinhamento às idéias do PSDB. Sarney está em Nova York para participar de jantar em homenagem ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e ao presidente da JetBlue Airways, David Neeleman, distinguidos com o prêmio Homem do Ano.

No programa *Bloomberg ao Vivo*, a repórter Amália Maranhão afirmou que o subsecretário do Tesouro americano, John Taylor, fez elogios rasgados ao presidente Lula, por estar promovendo arrocho fiscal maior que o executado no governo de Fernando Henrique Cardoso. A repórter indagou a Sarney se isso significa o alinhamento do atual governo com o PSDB.

– O que acontece é que Lula, pela situação que encontrou quando assumiu, foi obrigado a tomar medidas muito mais fortes. Ele tinha que recuperar a credibilidade e, ao mesmo tempo, a austeridade das contas brasileiras. Nós devemos recordar que, quando Lula assumiu, o risco Brasil estava lá em cima, os juros também estavam lá em cima, e ele teve que tomar medidas muito mais duras que Fernando Henrique Cardoso.

A repórter também indagou sobre as dificuldades para aprovar, com o retorno das votações plenárias, o projeto das parcerias



DANIEL ACKER

Sarney afirma em Nova York que Lula teve que recuperar credibilidade e austeridade das contas públicas

público-privadas (PPPs). Sarney disse não haver propriamente um entrave à aprovação dessa matéria, mas apenas um problema formal, que são as medidas provisórias que precisam ser examinadas com prioridade antes de o Plenário deliberar sobre as PPPs.

– Com as medidas provisórias, nós ficamos impedidos de

votar. Elas trancam a pauta do Congresso. Então, matérias que são muito mais importantes não podem ser votadas. E, não podendo ser votadas, é muito

"Sem MPs, governo não anda. Com elas, democracia fica prejudicada"

melhor para o governo. O governo só funciona se for através de medidas provisórias. Então, nós caímos num conto, com a Constituição de 1988, porque, sem a medida provisória, o governo não anda e, com elas, a democracia fica também muito prejudicada.

No programa, Sarney foi ainda indagado se o Orçamento para 2005 será aprovado sem dificuldades. Ele afirmou que seguramente será, porque o Brasil tem uma Lei de Responsabilidade

Fiscal e não pode ter déficits orçamentários.

– O Orçamento, quando sai do Congresso, já sai equilibrado. De maneira que os gastos do governo estão todos enquadrados dentro da disponibilidade de recursos que o Brasil obtém – afirmou.

Reeleição das Mesas é "assunto superado"

O presidente do Senado também foi questionado sobre a proposta de reeleição para as presidências da Câmara e do Senado, ao que ele respondeu que o assunto transitou mais entre os deputados que entre os senadores e que, se continua em pauta, é mais na Câmara que no Senado.

– Para mim, de certo modo, é um assunto já superado.

A repórter perguntou então se ele abre mão da reeleição. Sarney afirmou nunca ter desejado, a essa altura de sua vida, ter por objetivo lutar para ser reeleito presidente do Senado, situação já vivida várias vezes. E lembrou: "Eu ocupei todos os cargos da República".

Projetos

Benefícios para portadores de deficiência e hipertensos

Para aumentar a participação dos portadores de deficiência no mercado de trabalho, Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou projeto (PLS 295/04) determinando a reserva, para essas pessoas, de 10% das vagas dos programas de qualificação profissional que utilizam recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Já o senador Paulo Paim (PT-RS) propôs a isenção do Imposto de Renda para os aposentados em decorrência da hipertensão grave (PLS 300/04) e a criação do Programa de Inclusão Social dos Moradores de Rua (PLS 299/04). O financiamento viria de verbas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Incentivo à construção de salas de cinema em cidades pequenas

Projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) propõe mudança na Lei Rouanet, para permitir a dedução integral, no Imposto de Renda, de recursos destinados à construção de salas de cinema em municípios de menos de 100 mil habitantes (PLS 298/04). Ele apresentou ainda proposta que determina que sejam divulgadas na Internet informações sobre documentos que deixaram de ser sigilosos em virtude de transcurso do prazo estabelecido (PLS 296/04).

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 20 e 22 de outubro

Sugestão de datas especiais

Foram apresentadas duas propostas que tratam de datas especiais. Maguito Vilela (PMDB-GO) quer criar o Dia Nacional da Alimentação, em 16 de outubro, para marcar o combate à fome. Paulo Paim (PT-RS) pretende tornar feriado nacional a data de Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro.

Colete salva-vidas em helicópteros

O acidente de um helicóptero da Petrobras que se deslocava do continente para uma plataforma petrolífera levou o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) a propor obrigatoriedade do uso de colete salva-vidas pelos passageiros desse tipo de aeronave em operação sobre extensões d'água.

Kerry tem a postura do bom senso, afirma Suplicy

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) torce pela vitória do candidato democrata, John Kerry, nas eleições norte-americanas. Em entrevista à Agência Senado, Suplicy não acha consistente a idéia de que uma eventual vitória dos republicanos – tradicionalmente, menos protecionistas na economia – seria melhor para o Brasil. Veja a entrevista:

O senhor tem alguma preferência nas eleições norte-americanas, seja em relação às conseqüências para o mundo em geral, seja em relação ao Brasil?

Como congressista brasileiro, tenho a obrigação de respeitar a democracia e as eleições livres e, também, a decisão do povo norte-americano. Mas, sinceramente, tenho preferência pela vitória do candidato democrata, John Kerry. Para mim, o presidente George W. Bush, em um episódio importante para os Estados Unidos e para o mundo, agiu de uma forma equivocada, sem antes tentar esgotar todos os meios possíveis para transformar institucionalmente o Iraque. Bush também errou ao não esperar uma resolução favorável da Organização das Nações Unidas (ONU) antes de iniciar uma invasão militar.

Mas o que se diz é que Bush não queria correr o risco de ter a invasão rejeitada pela ONU.

Então, o presidente Bush esqueceu-se da recomendação de um dos maiores líderes dos Estados Unidos, o reverendo Martin Luther King, em seu mais importante pronunciamento. King disse que nunca deveríamos tomar o chá do gradualismo, que nunca deveríamos esperar que apenas o tempo se encarregasse de mudanças que são profundamente necessárias, mas também nunca deveríamos beber do veneno do ódio, da violência e da guerra. Bush errou, e as conseqüências para a Humanidade, para o Iraque, e até mesmo para seu próprio país, os Estados Unidos, são as piores possíveis.

Mas alguns analistas dizem que Kerry, se for eleito, fará mudanças econômicas internas, em relação a emprego, a crescimento econômico, a déficit, e não mudará substancialmente os métodos da guerra contra o terror, nem a política em relação ao Iraque, porque o cidadão norte-americano vota hoje com o medo, e não com a razão.

Eu não concordo, e acho que o senador John Kerry trará mudanças substanciais, caso seja eleito. Ele tem dito que o presidente George Bush agiu de maneira precipitada, sem pensar. Eu vejo nele, Kerry, uma postura bastante ra-

cional e de bom senso. É verdade que muitos norte-americanos vão, sim, votar com base no medo e ainda sob o efeito dos atentados de 11 de setembro de 2001. Mas muitos outros norte-americanos sabem que a melhor forma de lutar contra o terrorismo é transformar a realidade e as condições que levam ao terrorismo.

Senador, é comum dizer-se que os democratas norte-americanos são mais protecionistas em relação à sua própria economia, o que seria ruim para o Brasil e para a América Latina. Os republicanos seriam mais adeptos do livre mercado. O senhor acha que é uma análise correta?

O Brasil e os outros países latino-americanos já têm condições de manter diálogo firme em defesa dos seus próprios interesses, mostrando que uma América Latina desenvolvida e combatendo a pobreza e a miséria será boa também para os Estados Unidos.

Os empresários brasileiros de vários setores continuam reclamando de barreiras comerciais nos Estados Unidos.

Esta é uma tarefa que deve ser permanente: fortalecer o Mercosul, mostrar aos EUA que é preciso melhorar o fluxo de comércio – não apenas de lá para cá, mas também no sentido inverso. Não acredito que os democratas norte-americanos sejam mais fechados para isso. As melhores cabeças de lá entendem que é preciso desenvolver a América Latina, ter projetos de médio e longo prazos aqui, desenvolver todos os setores, aumentar a cooperação técnica e econômica. Todos ganham com isso.



JOSÉ CRUZ

Suplicy: Bush errou, e as conseqüências para a Humanidade são as piores possíveis

Anencefalia pode justificar o aborto?

A possibilidade de interrupção da gravidez no caso de feto com anencefalia entrou no debate público desde que liminar do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu esse direito às mulheres. Posteriormente, o pleno do STF, formado por 11 ministros,

cassou a liminar, mas o mérito da polêmica questão ainda não foi julgado. A anencefalia é um defeito de formação do sistema nervoso do feto e ocorre entre o 23º e o 26º dia de gestação. Os bebês com o problema nascem sem a maior porção do cérebro e vivem no máximo

alguns dias.

Os senadores Flávio Arns (PT-SC) e Magno Malta (PL-ES) debatem o assunto. Flávio Arns admite a possibilidade de aborto em caso de anencefalia, e apenas nesse caso. Para Magno Malta, a medida é inaceitável.



FLÁVIO ARNS

"Somos contrários ao aborto em quaisquer outras situações. Esta é uma exceção que nunca deve ser usada para generalizar a prática"

"A ciência está avançando e pode chegar a uma solução para a má-formação cerebral. Cabe darmos mais uma chance a essas crianças"



MAGNO MALTA

SIM

É preciso haver espaço para a decisão séria e consciente do casal

Em primeiro lugar, não estamos falando do aborto de embrião ou feto com plenas condições de viabilidade e que, por várias razões, resolveu-se retirá-lo do útero materno, interrompendo a trajetória para um nascimento normal e com saúde.

Estamos falando de uma exceção, considerando que a incidência é de 4 em 10 mil nascidos vivos. A anencefalia é resultante de um defeito na formação do tubo neural, que ocorre no início do desenvolvimento fetal por causas ainda não totalmente esclarecidas, suspeitando-se, em alguns casos, de toxinas ambientais e carência de ácido fólico no início da gravidez. O feto apresenta ausência de desenvolvimento dos hemisférios cerebrais, podendo apresentar resquícios de elementos localizados na fossa posterior, como cerebelo e tronco cerebral.

É preciso ter presente que tal situação torna absolutamente inviável a vida do feto, podendo apresentar o óbito durante a gestação, ou nascer vivo e resistir apenas por algumas horas. Em situações excepcionais, a criança pode apresentar maior tempo de vida, porém, vegetativa até a morte.

Antes do surgimento dos novos métodos de diagnóstico e de acompanhamento da gravidez, tal situação era constatada no nascimento, causando enorme sofrimento aos pais. Contudo, com a revolução tecnológica, o diagnóstico é antecipado, podendo ser feito nos primeiros meses da gestação.

Imaginemos a situação dos pais diante dessa triste constatação, ainda durante a gestação. Caso não venha a ocorrer um aborto espontâneo, chegarão ao final dos nove meses com o nascimento de uma criança sem condições de vida, que

falecerá logo em seguida.

Estará comprometida a legislação caso abrisse espaço para a decisão do casal, notadamente da mãe, de levar a gravidez até o fim, deixando que a natureza conduzisse o caso, ou, movida por razões pessoais sérias e conscientes, decidisse pela interrupção da gestação? Nesse caso estaríamos falando em des-criminalização da interrupção da gravidez de um feto anencéfalo.

"Com a revolução tecnológica, o diagnóstico é feito no início da gestação"

Gostaríamos de enfatizar nossa posição: somos contrários ao aborto em quaisquer outras situações, baseados na convicção da existência de vida humana no embrião e no

feto com o direito do reconhecimento de sua dignidade e protegido pela lei.

No caso em questão, repetimos, consideramos uma exceção e como exceção deve ser tratado, sem nunca ser usado para a generalização de uma prática.

Pensamos ser importante haver espaço para a decisão consciente do casal ou da mulher, quer no sentido de conduzir a gestação até o fim, ou optar pela interrupção, recebendo apoio psicológico para a superação de tal situação, que, certamente, desafia a sensibilidade e a compreensão de todos aqueles que colocam a pessoa em primeiro lugar.

NÃO

O direito à vida, da mãe e do feto, deve ser garantido de forma igual

Forçoso e quase óbvio reconhecer que o direito à vida é o maior bem tutelado pelo Direito. De todos os direitos individuais, é o direito à vida, indiscutivelmente, o mais relevante e a base de todos os outros. O artigo 5º da Carta Política brasileira garante expressamente "a inviolabilidade do direito à vida". Nenhuma diferença pode haver nas vidas da mãe ou do feto, porque ambas são merecedoras da proteção da lei, ambas são alvo dessa preservação constitucional, estando no mesmo patamar. Daí, absolutamente irracional o enfoque da proteção exclusiva da vida da mãe. Pois, se assim não fosse,

estariamos diante de uma violação ao princípio de igualdade entre humanos. O direito à vida deve ser garantido a todos e de forma igual.

A proteção jurídica à vida se estende para abranger esse direito em suas várias formas. Teríamos, portanto, o direito do nascituro, o direito de permanecer vivo e o direito de defender a própria vida, e outros desdobramentos desse direito.

A liminar concedida para o aborto de bebês com anencefalia trazia um precedente perigoso. Não podemos deixar que

se perca uma vida sem que tenhamos lutado para salvá-la. Nós acreditamos nos avanços da ciência em prol da Humanidade e não para assinar sentenças de execução. Cabe antes darmos mais uma chance a essas crianças. A ciência está avançando e essa evolução pode chegar a uma solução para a má-formação cerebral. A Bíblia nos diz que "os filhos são herança da parte do Senhor, e o fruto do ventre do seu galardão", para que todas as crianças sejam abençoadas por Deus desde a sua concepção. Por que, então, deveríamos assinar essa sentença de morte?

Essa liminar que foi cassada no dia 20 de outubro tinha como pano de fundo a aprovação do aborto livre no país. Hoje temos milhares de casos a relatar de abortos clandestinos mal-sucedidos. São milhares de mulheres que morrem em situações absolutamente indescritíveis. Acredito que tenhamos que trabalhar com a prevenção, com a educação, para que essas ações não ocorram. Ao mesmo tempo, lembramos que o Brasil é um país religioso e que Deus é a favor da vida. Não podemos compactuar com essas idéias que buscam a interrupção da gestação.

Gostaria de finalizar com a citação de um teólogo americano, que retrata essa questão abordada pelo STF:

"Se possuímos a liberdade de destruir a vida humana e negar-lhe a dignidade numa etapa, por que não em outras? Se, pelo contrário, a criança por nascer tem direitos pessoais ainda antes de ter nascido, e se esses direitos têm implicações públicas, então o ser humano tem o direito à proteção ainda quando não possa proteger-se a si mesmo" (F. H. Henry, teólogo batista dos EUA).



Voz do Leitor

DIREITO ADQUIRIDO

"Quero parabenizar o senador Jefferson Péres pela matéria "Definição do STF sobre direito adquirido é inquietante", publicada no *Jornal do Senado* do dia 26/8/04. Ele diz que existem três tipos de tributo: o imposto, a taxa e a contribuição, de melhoria ou parafiscal. Taxar aposentado e pensionista é esdrúxulo. É negar todo o passado de luta e trabalho desses aposentados e pensionistas."

José Nazareno Pereira Monteiro, de Belém (PA)

VOTO FACULTATIVO

"Estou de acordo com o senador Maguito Vilela. O voto facultativo tornará o processo eleitoral brasileiro democrático. Não existirá democracia de fato e de direito enquanto formos obrigados a votar. O voto é um ato de cidadania e deve ser espontâneo e usado por quem deseja contribuir para o fortalecimento do nosso país."

José Genivaldo de Farias, de Aracaju (SE)

IMPOSTOS

"Senador Paulo Paim, por que os impostos crescem mais que o salário mínimo no Brasil? Toda vez que é para estipular um valor para o mínimo, há várias discussões e divergências. Já para aumentar os impostos,

não há nenhuma."

José Nilson da Silva, de Viçosa (MG)

MANDATO

"Quando elegemos um político, queremos que ele cumpra seu mandato e que permaneça no mesmo partido. O que se vê são esses governantes interrompendo sua candidatura e se elegendo para outro cargo, frustrando o eleitor. Gostaria de sugerir uma lei que acabe com isso. Quem se candidatou e foi eleito tem a obrigação de cumprir seu cargo até o fim do mandato."

Georges Henri José Milcent, de Salvador (BA)

DOAÇÕES PARA INVESTIMENTOS

"Senador Efraim Morais, é justo o governo brasileiro doar investimentos para países, como recursos para o metrô da Venezuela, quando o da Bahia está paralisado por falta de verbas, ou dar de presente um avião ao Senegal para pulverizar agrotóxicos para controle de gafanhotos na lavoura, enquanto os mosquitos aqui no Brasil nos picam impunemente? Não temos direito sequer a um "baratinho" fumacê para matar os mosquitos. Os representantes do povo nada podem fazer para punir o governo, que oferece mimos com o nosso dinheiro?"

Geraldo de Almeida Ramos, de Alcobaça (BA)

CORDEL

"Peço licença aos leitores Nestas estrofes que faço Pra falar numa cultura Que conquistou seu espaço No C.V.C. do Nordeste Cordel, Vaqueiro e Cangaço." A leitora Maria Luciene da Silva, de Fortaleza (CE) e que é escritora de cordel e cantora, informa que seu trabalho pode ser conhecido pelo telefone (85) 284-5946 ou pelo e-mail cvcdonordeste@ig.com.br.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211). O endereço do leitor e a autorização para publicação são necessários.

Foto da Semana

Contra-baixo, violão e flautas são tradicionais instrumentos da música. Mas a eles se juntaram, na última terça-feira, os sons extraídos de um conjunto de taças de cristal. O resultado dessa instigante combinação pode ser conferido no programa *Conversa de Música*, da TV Senado, gravado no Palácio do Itamaraty. Da esquerda para a direita: Bosco Oliveira, Fernando Cobal, Sidiney Maia, Pacha Gallina e Paulo Magnum.



Pergunte ao Senador

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Geraldo de Almeida Ramos, de Alcobaça (BA)

"Senador Jefferson Péres, a esmagadora maioria das medidas provisórias encaminhadas ao Legislativo pelo Executivo não preenchem as exigências constitucionais, mas mesmo assim são aceitas e votadas pelo Congresso. Isso é legal? Não diminui o Legislativo? Diante desse abuso do Executivo, não pode o Legislativo propor uma emenda constitucional eliminando essa aberração?"

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) responde:

Caro Geraldo, antes de mais nada, grato pela mensagem. Diminui, sim, e muito. Riscar do mapa as medidas provisórias (MPs) seria uma boa idéia, realmente. O abuso do seu emprego inviabiliza o funcionamento do Congresso Nacional, transferindo do Parlamento para o Executivo a função de legislar. Penso que um primeiro passo para mudar o atual quadro poderá ser dado pelos senadores se eles se recusarem a admitir as MPs que não atendem aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência. Essa posição, a meu ver, permitiria a evolução de um consenso parlamentar capaz de garantir a aprovação de uma emenda constitucional extinguindo o instituto da medida provisória.

PLANO DE HABITAÇÃO

Irineu Gomes Batista, de Goiânia (GO)

"Gostaria de saber quais os procedimentos que o servidor público deverá seguir para participar do plano de habitação que o presidente da República criou este ano."

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:

Prezado Irineu, você tem que ser funcionário público há mais de três anos, ganhar até cinco salários mínimos, não ter imóvel próprio nem possuir outro financiamento imobiliário. Para participar, eu creio que o melhor é procurar uma agência da Caixa Econômica Federal da sua cidade, Goiânia, onde você terá todas as informações para participar desse programa. Se preferir, ligue para o Disque Caixa para obter mais esclarecimentos. O telefone é 0800 574-0101.



J. FREITAS



ROOSEVELT PINHEIRO

Frases

"A realidade nacional inferniza a vida dos empreendedores, inibe investimentos e desestimula a criação de oportunidades de trabalho e emprego"

Jefferson Péres, alertando para os problemas que a "hiperburocratização" tem causado para estimular o emprego no país.

"Creio que podemos dar nova e urgente contribuição para demolir a 'lavanderia' implantada no país, pelo menos na parte relativa aos crimes precedentes praticados contra a administração pública"

Romeu Tuma, defendendo mais rigor na punição à corrupção na máquina pública, com uma nova legislação que facilite a coleta de provas, inclusive aquelas obtidas mediante interceptação telefônica.

"Até uma criança de 7 anos pode manusear um desfibrilador"

Tião Viana, referindo-se à ausência de desfibrilador cardíaco nos primeiros socorros prestados ao jogador Serginho, do São Caetano, que morreu em campo na semana passada.

"É necessário controlar os instrumentos de repressão do Estado e garantir a proteção e a reparação moral e de direitos às vítimas da violência"

Renan Calheiros, ao defender a implantação de juizados de instrução e organização do sistema penitenciário.

"O fórum não foi criado para gerar fatos políticos com efeitos imediatos, mas sim repudiar o ideário neoliberal que transforma tudo em mercadoria"

Roberto Saturnino, discordando do presidente Lula, que sugeriu mudanças nos debates do próximo Fórum Social Mundial.



ROOSEVELT PINHEIRO



GERALDO MAGELA

Reforma política em discussão na TV Senado

A reforma política é o tema de dois programas que a TV Senado apresenta na quarta-feira (3). Às 12h30, o senador Marco Maciel (PFL-PE) comenta o assunto no *Entrevista* e, às 13h, os professores do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília Paulo Kramer e Ricardo Caldas discutem a reforma no *Cidadania*. Os convidados vão tratar dos pontos mais polêmicos da proposta, como o financiamento público das campanhas, o voto distrital, a adoção do sistema de listas fechadas, o voto facultativo, entre outros.

Além disso, a TV Senado apresenta no fim de semana o *De Coração*, programa da Sociedade Brasileira de Cardiologia, com os cardiologistas Andréia Loures-Vale e Romeu Meneghelo, que tem como objetivo informar as pessoas sobre a prevenção e o

diagnóstico de doenças cardiovasculares. O tema desta semana será "Aids e Coração", e conta com a participação do Dr. Bruno Caramelli. O programa vai ao ar no sábado, às 8h e 23h30, e no domingo, às 8h30 e 23h30.

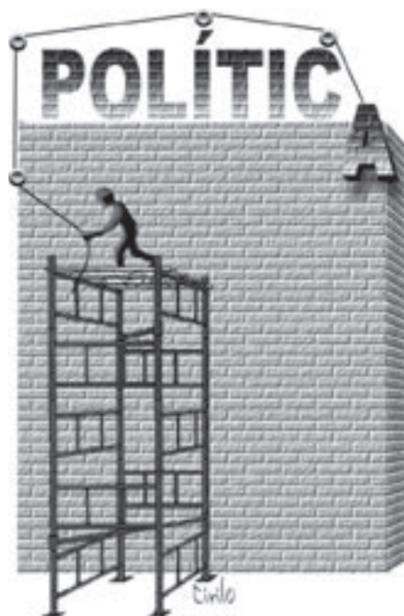
Atrações musicais para o fim de semana

O primeiro destaque musical do fim de semana é o *Espaço Cultural*, exibido pela emissora no sábado, às 24h, e no domingo, às 21h30. O programa traz entrevista com o músico Paulo Sérgio Santos e seu filho Caio Márcio, que seguiu a carreira musical do pai. Considerado um dos maiores clarinetistas brasileiros de todos os tempos, Paulo alia excelente técnica a uma qualidade interpretativa, o que o torna um instrumentista único. Ele fala sobre o lançamento de seu último disco, "Gargalhadas", uma parceria com

o filho e com o percussionista Bolão.

Outro destaque da TV é o *Quem tem medo da música clássica*, um dos maiores sucessos de público da emissora, recordista em telefonemas e mensagens recebidas. No programa, Artur da Távola comenta e explica obras musicais eruditas dos mais variados tipos, desde óperas a peças de piano. Nesta semana, o programa apresenta a Filarmônica de Berlim, sob regência de Cláudio Abbado, interpretando a *Sinfonia nº 2 em Ré Maior*, op. 73, de Johannes Brahms. O programa é exibido nos seguintes horários: sábado, às 10h e 18h, e domingo, às 10h, 18h e 24h.

Maiores informações sobre a



programação da TV Senado podem ser encontradas na página da emissora na Internet, www.senado.gov.br/tv.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PUBLICAÇÕES

Reflexões de Nabuco sobre a América Latina

ALEXANDRE GUIMARÃES

Balmaceda é um dos primeiros trabalhos de política comparada produzidos em nosso país. Seu autor, Joaquim Nabuco, político de inegável importância, era reconhecido, já em sua época, como brilhante analista político.

Quem foi Balmaceda? Político liberal, José Manuel Balmaceda elegeu-se presidente do Chile em 1886, sendo responsável por grandes transformações sociais. Ao sentir seu governo emperrado pelas sucessivas quedas de gabinetes, e vendo-se embevecido pelo poder, passa a criticar a tradição parlamentarista chilena e exige maiores poderes para o Executivo. Inicia um governo sem o parlamento, que, em retorno, não aprova suas propostas.

Em 1891, a situação torna-se insustentável e, numa atitude ditatorial, Balmaceda dissolve o Congresso, que reage votando seu *impeachment*. Inicia-se uma guerra civil que se estende por nove meses, terminando na derrota do ditador. Isolado, suicida-se no dia em que concluiria o mandato, deixando um manifesto contra o parlamentarismo.

O livro de Nabuco surge, em 1895, da compilação de comentários críticos publicados no *Jornal do Comércio* sobre o livro *Balmaceda, su Gobierno y la Revolución de 1891*, de Júlio Bañados Espinosa, fiel seguidor do ex-presidente chileno. Para a obra, Nabuco acrescenta um *post scriptum*, intitulado "A

Questão da América Latina", em que debate a possível influência, no resto do continente, do regime autoritário chileno e o amadurecimento daquela sociedade na busca da democracia.

Para Nabuco, monarquista convicto, a "reparlamentarista chilena e exige maiores poderes para o Executivo. Inicia um governo sem o parlamento, que, em retorno, não aprova suas propostas. Em 1891, a situação torna-se insustentável e, numa atitude ditatorial, Balmaceda dissolve o Congresso, que reage votando seu *impeachment*. Inicia-se uma guerra civil que se estende por nove meses, terminando na derrota do ditador. Isolado, suicida-se no dia em que concluiria o mandato, deixando um manifesto contra o parlamentarismo.

Leitura atual para a compreensão da recorrente e autoritária tese de enfraquecimento do Legislativo em vários países latino-americanos, *Balmaceda* é o volume 14 da coleção "Edições do Senado Federal".



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. *Balmaceda* é o volume 14 da coleção *Edições do Senado Federal*, custa R\$ 10 e pode ser adquirido pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone 0800 61-2211.

CONSTITUCIONALIDADE

Curso forma servidores na elaboração de leis

Teve início na terça-feira (26) o Curso de Especialização em Controle de Constitucionalidade, uma parceria entre o Senado Federal – por intermédio da Universidade do Legislativo (Unilegis) –, a Universidade de Brasília (UnB) e o Supremo Tribunal Federal (STF). O curso deverá preparar 45 servidores do Senado, da Câmara dos Deputados, da Câmara Legislativa do DF e do STF que desempenham atividades relacionadas a esse tipo de controle no âmbito do Legislativo.

A solenidade de abertura do curso contou com a presença dos vice-reitores da Unilegis, Heitor Gurgulino de Souza, e da UnB, Timothy Mulholland. Para Heitor Gurgulino é necessário aprimorar o trabalho de elaboração legislativa para evitar que processos por questionamento de constitucionalidade esbarrem



Agaciel Maia, Romeu Tuma, Timothy Mulholland e Heitor Gurgulino de Souza participaram da abertura do curso de especialização

nos tribunais. Somente em 2001, informou ele, com base em dados do ex-ministro do STF Maurício Corrêa, chegaram àquela corte 110,7 mil textos em razão de má elaboração legislativa, dos quais 109 mil foram julgados.

Presente ao evento, o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), lembrou que, com a Constituição de 1988, foi ampliado o direito de ingressar no

STF com ação de inconstitucionalidade e o julgamento desses processos exige rapidez em razão das repercussões que causam.

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, destacou a prioridade que está sendo dada pela Casa para a área de treinamento.

A aula inaugural do curso foi proferida pelo diretor da Faculdade de Direito da UnB, Marcus Faro de Castro.

Bibliotecas reagem a concorrência da Internet

Com o tema "Cenários para a sobrevivência das bibliotecas", a biblioteca do Senado Federal promoveu seminário que contou com a participação de Nicholas Cop, diretor da Online Computer Library Center (OCLC) na América Latina e Caribe, que falou sobre os desafios após a Internet.

O seminário foi transmitido pelo sistema de videoconferência do Interlegis para assembleias legislativas do país. A abertura do evento foi feita pelo diretor-

geral do Senado, Agaciel Maia, pelo diretor adjunto do Interlegis, Eraldo de Paiva Muniz, pelo professor da UnB Murilo Bastos da Cunha, e pela diretora da biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira.

Agaciel lembrou que a filiação da biblioteca do Senado à OCLC é parte do programa de modernização da Casa, conforme determinação do presidente José Sarney, e contribuirá para ampliar o acesso às informações

e reduzir os custos com aquisição de periódicos internacionais. A OCLC integra 80 mil bibliotecas em 84 países, tornando acessíveis 58 milhões de documentos e 9 milhões de artigos.

Para Nicholas Cop, as bibliotecas devem se adequar para enfrentar a concorrência das ferramentas de busca na Internet. Ele revelou que o Google recebe mais consultas em um dia e meio do que todas as bibliotecas americanas em um ano.

Conheça o Senado

Totens oferecem informações sobre a Casa

Qualquer pessoa que visita ou frequenta o Senado pode saber mais sobre a sua história e sobre os senadores com o auxílio da tecnologia. Estão disponíveis na Casa nove terminais de computador, conhecidos como totens, que oferecem visitas virtuais a várias áreas, biografias dos senadores, dados de interesse público e outros serviços.

Os totens apresentam a história do Senado por meio de fotos, imagens e textos que ilustram a passagem do tempo até os dias atuais, além de informações sobre a estrutura

da Casa: a Comissão Diretora, as comissões permanentes e um organograma de todos os órgãos do Senado Federal.

O Congresso, a Biblioteca, o Plenário, o Museu, o Túnel do Tempo e a Gráfica do Senado podem ser visitados sem que o navegador saia do lugar. É o Tour Virtual, que oferece uma visão panorâmica e em 360º de todas essas dependências.

Além disso, os totens apresentam todos os senadores que compõem a atual legislatura, divididos por estado. Na página de cada parlamentar o visitante tem acesso

a informações como nome, naturalidade, profissão, localização do gabinete, telefones, e-mail e o site pessoal de cada senador, e também dados dos seus suplentes.

Textos sobre a Constituição federal estão disponíveis na opção Senado Cívico. O usuário pode ouvir o *Hino Nacional* cantado pelo Coral do Senado, que tem seus componentes retratados por fotos.

Os terminais apresentam ainda serviços da Casa como o 0800, Informações Orçamentárias ou Legislativas, Feira do Livro, Editora do Senado, além dos veículos de comunicação da Casa: a TV, a Rádio, o *Jornal* e a Agência Senado.

Tour Virtual, biografias e os fatos históricos marcantes podem ser acessados



Serviço: Existem nove terminais distribuídos pelas dependências do Senado: quatro na Mesa do Senado, um na entrada do Anexo I, um em frente à biblioteca, um no Salão Negro, um no Auditório Petrônio Portella e um no Túnel do Tempo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi

Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do *Jornal do Senado*: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo L. de Araújo, Sergio L. G. da Silva, Osmar Miranda e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral

Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazilio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Fique de olho nos programas sociais

Há vários programas de assistência social em vigor no país sob administração do governo federal em parceria com os estados e municípios. Denúncias de irregularidades e de falhas na execução dos projetos têm aparecido com frequência na mídia. Em pronunciamento na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu os erros e pediu a colaboração da sociedade na fiscalização dos recursos e na administração das atividades.

O *Especial Cidadania* de hoje traz um resumo dos programas em funcionamen-

to, com os telefones para informações e denúncias. Só o Bolsa-Família possui um número 0800 nacional, gratuito, para o cidadão.

É tarefa dos municípios, com ajuda dos estados, levantar as necessidades da população, cadastrar os beneficiários e executar os projetos assistenciais públicos ou conveniados com a administração pública. O cidadão tem o direito de saber onde os recursos estão sendo aplicados e quem são os beneficiados. Essas informações devem ser disponibilizadas para consulta da população.



Família moradora de Buíque, Pernambuco, beneficiária do Bolsa-Família. As necessidades da população devem ser levantadas pelos municípios

25/04/2003 - MARCELO CASAL JR. / ABR

Projetos que podem beneficiar o cidadão

BOLSA-FAMÍLIA - Programa unificado de transferência de renda às famílias em situação de pobreza, criado pela Lei 10.836/04. Uniu o Bolsa-Alimentação, o Cartão-Alimentação, o Bolsa-Escola e o Auxílio-Gás. Enquanto o Bolsa-Família não for implantado em todo o país, esses quatro benefícios continuam valendo. Exige como contrapartida o acompanhamento de saúde das famílias, frequência escolar e educação alimentar. O governo não tem conseguido fiscalizar as exigências.

Quem pode se beneficiar: famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 50 e famílias com crianças e jovens entre 0 e 16 anos incompletos com renda mensal de até R\$ 100 por pessoa.

Quanto é pago: há dois tipos de benefícios - o básico, no valor de R\$ 50 mensais, independentemente da composição e do número de membros do grupo familiar; o variável, no valor mínimo de R\$ 15, destinado às famílias que tenham crianças e adolescentes na faixa de 0 a 16 anos incompletos, até o limite de três benefícios por família, ou seja, R\$ 45.

Como se cadastrar: o cadastramento das famílias aptas a receber o benefício é feito pelas prefeituras.

O saque do dinheiro se dá por meio de um cartão eletrônico distribuído pela Caixa Econômica Federal.

Informações e denúncias: 0800 707-2003; 0800 574-0101 e 0800 573-0104 (prefeitura) e (61) 313-1630 e 313-1542.

www.fomezero.gov.br

PROGRAMA DE ATENÇÃO À CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS (PAC) - O governo federal repassa recursos que financiam programas e projetos executados por estados, municípios, Distrito Federal e entidades sociais, como creches, pré-escolas, oficinas pedagógicas, destinados ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos em situação de risco pessoal ou social. Para saber quais as entidades beneficiadas, procure a prefeitura. **Informações e denúncias:** (61) 313-1136.

PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) - Prevê o atendimento à família e seus membros, independentemente da idade, por meio dos Centros de Referência da Assistência Social, conhecidos como Casa das Famílias. O programa oferece orientação, serviços de apoio social e psicológico, encaminhamento aos programas sociais. Há atualmente 899 centros em 662 municípios. **Informações e denúncias:** (61) 313-1426 e 313-1514

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) - Idosos com 65 anos ou mais e portadores de deficiência cuja renda familiar mensal, por pessoa, seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo (R\$ 65) têm direito a um salário mínimo mensal.

Como se cadastrar: o interessado deve procurar a agência do INSS mais próxima de sua casa e solicitar o benefício. No caso de portador de deficiência, a condição de incapacidade para o trabalho e para uma vida independente deve ser atestada pela perícia médica do INSS. Não é necessário que o solicitante já tenha contribuído para a Previdência Social.

Informações: PrevFone: 0800 78-0191.

Denúncias: (61) 313-1582

SENTINELA - AÇÕES DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - Prevê o atendimento multiprofissional especializado, apoio psicossocial e jurídico, acompanhamento, abrigo por 24 horas (quando for o caso) e oferta de retaguarda ao sistema de garantia de direitos às crianças e adolescentes vítimas e famílias envolvidas com a violência, abuso e exploração sexual, por intermédio de Centros ou Serviços de Referência nos municípios. São 315 em funcionamento. Faltam recursos para novos centros e para melhorar os serviços onde o programa existe. **Informações e denúncias:** (61) 313-1194.

PROGRAMA DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA - O governo federal repassa recursos para projetos e programas de proteção social e inclusão das pessoas com deficiência e de suas famílias. O atendimento é oferecido nos municípios por meio de entidades públicas ou organizações da sociedade civil, como as Apaes.

Como funciona: Compete ao gestor municipal a organização e a administração dos programas. Para saber quais as entidades beneficiadas e os programas oferecidos, procure a prefeitura.

Informações e denúncias: (61) 313-1615 e fax: 313-1011.

PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) - Oferece uma bolsa às famílias para retirar crianças e adolescentes do trabalho considerado penoso, insalubre ou degradante. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e fazê-los frequentar a Jornada Ampliada. O programa está presente em 2.606 municípios. **Quanto vale a bolsa:** cada criança/adolescente: R\$ 40 (zona urbana) e R\$ 25 (zona rural). Além disso, o governo repassa às prefeituras R\$ 10 por criança ou adolescente na área urbana e R\$ 20 na rural, para inclusão na Jornada Ampliada (ações socioeducativas e de convivência em complemento ao período escolar).

Como funciona: os estados e os municípios, por intermédio dos seus órgãos gestores de assistência social, realizam levantamento dos casos de trabalho infantil e os encaminham para o programa. A família recebe o benefício da prefeitura. **Informações e denúncias:** (61) 313-1045 e 313-1617.

AGENTE JOVEM - Prevê capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futuras inserções no mercado.

O que oferece: concessão de uma bolsa durante os 12 meses em que ele estiver inserido no programa e atuando em sua comunidade, no valor de R\$ 65. Os programas são executados pelas prefeituras e a bolsa é repassada pelo governo federal diretamente ao jovem. **Informações e denúncias:** (61) 313-1547.

PROGRAMA DE ATENÇÃO À PESSOA IDOSA (PAI) - O governo federal repassa recursos e oferece apoio técnico aos estados, Distrito federal, municípios e entidades sociais que fazem o atendimento da pessoa idosa por meio dos centros e grupos de convivência, casas de repouso e clínicas, entre outros. Para saber quais são as instituições que oferecem os serviços, procure a prefeitura. Sobre repasses de verbas, procure a gerência do programa no Ministério do Desenvolvimento Social. **Informações e denúncias:** (61) 313-1671.

Informações

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Esplanada dos Ministérios,
Bloco C, 5º andar
70046-900 - Brasília/DF
Tel.: (61) 313-1822 / www.mds.gov.br

Secretarias responsáveis pela assistência social nos estados:

AC - Secretaria de Estado da Cidadania, Trabalho e Assistência Social

Tel.: (68) 224-6597 / www.ac.gov.br

AL - Secretaria Executiva de Inserção e Assistência Social

Tel.: (82) 315-2881 / www.seas.al.gov.br

AM - Secretaria de Estado de Assistência Social - Tels.: (92) 648-0646 e 646-0647

AP - Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania

Tel.: (96) 212-9100 / www.amapa.gov.br

BA - Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social

Tel.: (71) 370-3396 / www.setras.ba.gov.br

CE - Secretaria de Estado da Ação Social

Tel.: (85) 3488-5155 / www.ce.gov.br

DF - Secretaria de Estado de Ação Social

Tel.: (61) 224-7014 / www.seas.df.gov.br

ES - Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social

Tel.: (27) 3222-0334 / www.es.gov.br

GO - Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho

Tel.: (62) 269-4099 / www.goias.gov.br

MA - Gerência de Estado de Desenvolvimento Social

Tel.: (98) 227-5728 / www.gds.ma.gov.br

MG - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes

Tel.: (31) 3292-2000

www.sedese.mg.gov.br

MS - Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária

Tel.: (67) 318-4141 / www.setass.ms.gov.br

MT - Fundação do Bem-Estar Social

Tel.: (65) 316-3100 / www.mt.gov.br

PA - Secretaria Especial de Proteção Social

Tel.: (91) 3084-3631 / www.pa.gov.br

PB - Secretaria de Estado da Ação Social

Tel.: (83) 218-6773 / www.pb.gov.br

PE - Secretaria de Estado de Cidadania e Políticas Sociais - Tel.: (81) 3421-2437

www.pernambuco.gov.br

PI - Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania

Tel.: (86) 221-1677 / www.pi.gov.br

PR - Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social

Tel.: (41) 232-1083 / www.setp.pr.gov.br

RJ - Secretaria de Estado da Ação Social

Tel.: (21) 2299-5354

www.acaosocial.rj.gov.br

RN - Secretaria de Estado da Ação Social

Tel.: (84) 232-1817 / www.seas.rn.gov.br

RO - Fundação de Assistência Social

Tel.: (69) 229-3379 / www.rondonia.ro.gov.br

RR - Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social

Tel.: (95) 623-1617 / www.rr.gov.br

RS - Secretaria de Estado do Trabalho, Cidadania e Assistência Social

Tel.: (51) 228-2777 / www.stcas.rs.gov.br

SC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família

Tel.: (48) 229-3600 / www.sds.sc.gov.br

SE - Secretaria de Estado de Combate a Pobreza e Ação Social

Tel.: (79) 214-3263 / www.governo.se.gov.br

SP - Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social

Tel.: (11) 3218-3000

www.saopaulo.sp.gov.br

TO - Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social

Tel.: (63) 218-1900 / www.to.gov.br